

HISTÓRICO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Maria Rosa Sousa Pinheiro*

Fase Preparatória

A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo nasceu do interesse da Fundação Rockefeller em cooperar na defesa da saúde dos povos da América Latina. Quando esta Fundação, em 1925, em convênio com o Governo do Estado, contribuiu financeiramente para a construção e o equipamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, fê-lo sob várias condições, uma das quais seria a criação de uma escola de enfermagem. A Fundação Rockefeller, em 1923, a pedido de Carlos Chagas, já havia dado contribuição definitiva à criação da Escola de Enfermeiras Ana Neri, no Rio de Janeiro, subordinada à Superintendência do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, DNSP.

Os anos decorreram. O novo prédio da Faculdade de Medicina e os seus laboratórios haviam-se tornado motivo de orgulho para São Paulo, mas a escola para a formação de enfermeiras permanecia no limbo.

Em 1939, o grupo de médicos que fundara a Escola Paulista de Medicina conseguiu, com a cooperação da Ordem das Franciscanas Missionárias de Maria, a criação da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo; já anteriormente outros cursos de enfermagem funcionavam em São Paulo, inclusive o da Cruz Vermelha, mas o Governo Estadual mantinha-se alheio a este movimento.

Em maio de 1940 a chefe de Seção de Enfermagem da Fundação Rockefeller, Miss Mary Elisabeth Tennant,

* Diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

veio a São Paulo avivar a memória dos responsáveis pelo acôrdo com aquela Fundação. Acompanhava-a como intérprete a enfermeira e nutricionista Yolanda Lindenberg, que posteriormente lecionou Nutrição e Dietética na Escola de Enfermagem.

A vinda de Miss Tennant ao Brasil precipitou os acontecimentos. Em reuniões no Palácio Campos Elíseos, com o Dr. Adhemar de Barros, então Interventor Federal em São Paulo, e na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, então Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina, com seu Diretor, o Professor Geraldo de Paula Souza, foram discutidos os planos da futura escola e quais as contribuições de Governo do Estado e da Fundação Rockefeller.

Ficou desde logo assentado que a Escola de Enfermagem seria criada na Universidade de São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina. Foi a segunda escola de enfermagem brasileira a fazer parte de uma universidade, pois a Escola Ana Neri havia sido transferida, em 1937, do Departamento Nacional de Saúde Pública para a Universidade do Brasil, como instituição complementar *

A pedido de Miss Tennant fôra feito um levantamento que revelara a não existência em São Paulo de enfermeiras disponíveis para a direção e a docência; foi pois resolvido que seriam convidadas enfermeiras de outros estados enquanto era preparado pessoal local.

Para a direção da futura escola foi convidada a enfermeira Edith de Magalhães Fraenkel, ex-superintendente do Serviço de Enfermeiras do DNSP, que acabava de ser extinto. Sua larga experiência de ensino e de administração e seu temperamento indiscutível de líder eram credenciais para o êxito de suas novas funções.

* Em 1946 passou a Escola Ana Neri à categoria de estabelecimento de ensino superior.

Para a docência ficou decidido que seriam preparadas em universidade do exterior seis educadoras sanitárias de São Paulo.

O Governo do Estado, por seus órgãos competentes, comprometia-se a contratar a enfermeira diretora e auxiliares para fazerem o plano da futura escola; a selecionar as seis educadoras que deveriam ser preparadas para a docência nos anos futuros à sua instalação e manutenção; finalmente, a fechar o curso de educadoras sanitárias do Instituto de Higiene, quando a escola de enfermagem fôsse iniciada, curso esse que funcionava desde 1924 e cujas diplomadas estavam sendo aproveitadas pela Secretaria de Saúde para exercerem as funções de enfermagem de saúde pública.

A Fundação Rockefeller por sua parte comprometia-se ao seguinte:

1. conceder bolsas de estudo para a Sra. Edith de Magalhães Fraenkel fazer estágio de observação em escolas de enfermagem de universidades americanas e canadenses;
2. conceder bolsa de estudos às seis educadoras sanitárias selecionadas para fazerem o curso de enfermagem no exterior;
3. doar a importância de U.S. \$ 30.000,00 para a montagem da biblioteca e dos laboratórios da Escola.

De agosto de 1940 a julho de 1941 a senhora Fraenkel estagiou em escolas de enfermagem de universidades americanas e canadenses; em setembro de 1940 seguiram para o Canadá a fim de fazer o curso de enfermagem na Universidade de Toronto, Zilda A. Carvalho e Maria Rosa S. Pinheiro e em agosto do ano seguinte Gleite de Alcântara e Lúcia Jardim. As duas primeiras voltaram ao Brasil em fins de 1943 e as últimas em fins de 1944, após terem completado os cursos de enfermagem geral e enfermagem de saúde pública. Mais duas educadoras sanitárias, já selecionadas, deveriam seguir para Toronto em agosto de 1942, mas as suas bolsas de estudo foram suspensas em virtude da entrada dos Estados Unidos na 2ª. Guerra Mundial.

Em outubro de 1941 chegou a São Paulo a Sra. Fraenkel, que iniciou a elaboração do Regulamento da futura escola e os entendimentos com as autoridades sobre a sua instalação.

Nessa altura eram também preparados os planos do Hospital das Clínicas. De acordo com o Regulamento deste a Diretora da Escola de Enfermagem era orientadora da Sub-Divisão de Enfermagem do Hospital. Nesta qualidade a Sra. Fraenkel liderou o preparo de material para aquela Sub-Divisão, inclusive escreveu, com a cooperação de enfermeiras contratadas para trabalharem no futuro hospital, todas as técnicas a serem usadas pelo pessoal de enfermagem.

Em 31 de outubro de 1942 era assinado pelo Interventor Federal Fernando Costa o Decreto-Lei nº 13.040 que criava a Escola de Enfermagem de São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo com as seguintes finalidades :

- a. preparar enfermeiros técnicos para os serviços de saúde pública e hospitalar ;
- b. habilitar enfermeiros diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis de seus países.

Embora anexa teve a Escola desde seu início relativa liberdade de ação, concedida pelo próprio decreto que a criou que rezava: "para efeito de administração interna, a Escola é organizada e considerada como divisão autônoma, dentro da jurisdição geral da Faculdade de Medicina" (Art. 1º, Parágrafo Único).

Os estágios dos estudantes seriam obrigatoriamente "no Hospital das Clínicas e no distrito sanitário do Instituto de Higiene".

A administração superior era exercida por um Conselho Administrativo constituído de 4 membros natos : Diretor da Faculdade de Medicina, Presidente, Diretora da Escola de Enfermagem, Secretária, Diretor do Instituto de Higiene e Superintendente do Hospital das Clínicas e dois membros

eleitos, um professor da Faculdade de Medicina indicado pelo seu Conselho Técnico Administrativo e uma professora da Escola de Enfermagem, eleita por seus pares.

A criação da Escola de Enfermagem não foi acompanhada da criação de quadro de docentes: o Decreto-Lei apenas mencionou que o corpo docente seria constituído por enfermeiras diplomadas, contratadas pelo Governo e por professoras ou assistentes da Universidade de São Paulo que perceberiam, a título de gratificação, a importância de 30\$000 por aula (!). Foi criado, isso sim, um quadro administrativo, constituído de dois cargos, um de diretor e um de assistente de ensino, que mais tarde transformou-se em "vice-diretor"; o demais pessoal necessário seria extranumerário.

Em 13 de outubro de 1943, dois anos após a sua chegada em São Paulo, a Sra. Fraenkel pronunciava a aula inaugural da Escola de Enfermagem, numa das salas do Hospital das Clínicas, ainda não inaugurado, que seria a sua sede até o término do prédio próprio, cuja construção já havia sido iniciada em terreno da Faculdade de Medicina, ao lado do Hospital.

Edifício e Instalações

O belo edifício onde funciona a Escola de Enfermagem, que lembra um navio, e foi denominado pelos estudantes de medicina, na época de sua inauguração, de "Montenegro Maru", foi doado à Universidade de São Paulo pelo então Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), hoje Fundação SESP.

Era este um serviço de cooperação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, nascido em 1942 junto ao Ministério da Educação e Saúde, em virtude da necessidade de proteção à saúde dos que trabalhavam em áreas de interesse vital para a indústria de guerra: a borracha da Amazônia e

o minério do Rio Doce. Posteriormente o SESP estendeu - se praticamente por todo o País. No seu início foi mantido quase exclusivamente com verba americana; aos poucos foi aumentando a contribuição do Brasil e diminuindo a dos Estados Unidos, até que este último retirou-se do quadro. Hoje a Fundação SESP é uma organização inteiramente brasileira.

O SESP funcionou inicialmente com consultores e técnicos americanos, inclusive enfermeiras; mas estas não eram suficientes para suas atividades em expansão. Fôsse aquêle um Serviço brasileiro, provàvelmente teria funcionado com "enfermeiros" improvisados, como acontecia e ainda acontece na maior parte do País; mas os americanos não aceitavam esta hipótese. Para ter em seus serviços enfermeiras diplomadas, o SESP recrutava jovens nas áreas onde atuava e as encaminhava a escolas de enfermagem, com bôlsas de estudo; por outro lado, auxiliava as escolas com maior probabilidade de desenvolvimento.

Várias universidades brasileiras estavam em vias de criar sua escola de enfermagem e o SESP decidiu construir o prédio de uma delas. Graças ao Dr. Bernardo Mc D. Krug, que na ocasião era Superintendente em exercício da quele Serviço, a escolha recaiu sôbre a escola da Universidade de São Paulo.

Foi constituída uma comissão integrada por membros do SESP, da Escola e da firma construtora e presidi da pelo Professor Benedito Montenegro, Diretor da Faculdade de Medicina, para coordenar as atividades de construção do prédio.

Um arquiteto americano do SESP, Peter Pfisterer, fêz o plano da Escola, cuja maquete ganhou mais tarde um prêmio em Boston. A obra foi entregue à firma Lindenberg e Assunção, hoje extinta, e sua fiscalização a um engenheiro americano, Oscar Lokofski, da equipe técnica do SESP.

O edifício e suas instalações foram orçados

em 8 mil contos, 4 mil para a construção do prédio e 4 mil para a sua instalação. De acordo com convênio firmado entre o SESP e o Governo do Estado, a contribuição seria de 50% para cada uma das partes. O SESP, que nessa ocasião funcionava como verba americana, doou U.S. \$ 200.000,00 ; ao câmbio de 20\$000, deveriam ser suficientes para cobrir a sua parte que seria a construção do prédio, ficando para o Governo do Estado a instalação.

A construção teve início em setembro de 1943. O aumento do custo de material e mão de obra, que naquela ocasião começou a fazer-se sentir, obrigou ambas as partes do convênio a suplementarem a importância inicial, para que o prédio não ficasse inacabado.

A obra foi terminada, às pressas, antes que os preços subissem ainda mais. A cobertura do edifício não correspondeu às suas fundações; o subsolo fora construído de modo a servir de abrigo anti-aéreo — é preciso lembrar que os bombardeios na Europa eram diários e a bomba atômica era ainda desconhecida — mas a obra de cobertura foi tão mal acabada que três anos após a inauguração do prédio, a infiltração de águas pluviais já era um problema terrível, com o qual lutamos até hoje.

A mudança para o novo prédio era esperada com ansiedade tanto por parte da Escola como do Hospital. Inaugurado em abril de 1944 o Hospital das Clínicas já abrigava, em 1947, a maioria dos serviços transferidos da Santa Casa, mas a Escola ocupava a área de três clínicas que só esperavam a sua saída para se instalarem no novo Hospital. Além disso a vivacidade de cem jovens, naturalmente ruidosas, prejudicava o sossego dos doentes e causava atritos inevitáveis entre a direção dos dois estabelecimentos.

Finalmente, em 31 de outubro de 1947, quatro anos após o seu início, foi inaugurado o prédio da Escola de Enfermagem.

À sua entrada uma placa comemorativa traz
os seguintes dizeres :

M. E. S.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTA ESCOLA DE ENFERMAGEM, SÍMBOLO DE
UMA Sã POLÍTICA DE BOA VIZINHAÇA, FOI
CONSTRUÍDA PELOS GOVÊRNOS DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA, COM A COOPERAÇÃO DO GOVÊRNO
DO ESTADO DE SÃO PAULO.

1947

O arquiteto, ao planejar o edifício da escola, valeu-se de sua experiência sôbre as escolas de enfermagem a mericanas, em sua maioria localizadas junto a um hospital, que com elas reparte suas instalações. O plano da escola de São Paulo compreendendo uma parte destinada ao ensino e outra à administração e à residência, previu apenas uma sala de au las; não previu laboratório de dietética, escritórios para pro fessôras, cozinha e lavanderia, na suposição de que seriam usados os recursos do Hospital das Clínicas.

Desde logo verificou-se que a suposição ha via sido quimérica e que o Hospital não poderia dar à Escola o auxílio esperado; a sua lavanderia era de tamanho insuficiente para a lavagem da própria roupa; a cozinha não teria capacida de para preparar refeições de mais uma instituição; as salas de aulas, cada uma de um professor catedrático, nem sempre estavam disponíveis; não havia, no hospital, salas para as pro fessôras da Escola.

Com o tempo foram sendo feitas adaptações: cozinha e lavanderia foram construídas, aquela ao lado da co pa, esta no porão; 14 quartos do primeiro andar, que haviam sido planejados para três pessoas, foram transformados em pe quenas salas de aula, sala do Serviço de Saúde, sede do Centro Acadêmico e escritórios de pro fessôras; a cada ano que passa mais alguns dos 140 quartos individuais existentes estão sendo

transformados em escritórios. O laboratório de Anatomia foi transformado em sala de aula pois as aulas práticas dessa disciplina eram realizadas na Faculdade de Medicina; hoje, que já não há a mesma ligação entre as duas instituições, a Escola ressentiu-se profundamente dessa falta. A área destinada a refeitório do corpo docente foi adaptada para Laboratório de Dietética; no porão, que na face sul é o rés-do-chão, foram construídos 4 quartos e sanitários para alunos do sexo masculino.

Com o desenvolvimento da Escola e o aumento do número de cursos, as dependências tornaram-se insuficientes; a biblioteca foi duplicada e há projeto de construção de salas de aula quando houver recursos.

Apesar de suas atuais deficiências o prédio da Escola é cômodo, estético e funcional. O "Montenegro Maru" tem preenchido galhardamente as suas finalidades e por estranho que pareça, com pouquíssimo acréscimo de área, tem comportado as atividades da escola, atividades estas quase decuplicadas nestes 25 anos.

Funcionamento

A primeira turma, admitida em 13 de outubro de 1943, compunha-se de 35 candidatas, quasi tôdas professoras primárias comissionadas pelo Governo do Estado. Formaram-se 17. Não havia exame vestibular, o que explica, em parte, esta altíssima taxa de evasão: mas ainda hoje, que há a quele exame, é elevado o número das que abandonam o curso a meio caminho; muitas jovens não estão preparadas para a seriedade de propósitos, a intensidade do ritmo de estudos e a disciplina que encontram nas escolas de enfermagem.

Cinco meses após a instalação do curso, em março de 1944, era admitida a segunda turma, com 41 estudantes, das quais 28 bolsistas do SESP, de estados do norte, centro e sul; nesta a evasão foi menor: formaram-se 37.

Em março de 1945 iniciou-se o ano escolar sem as professoras primárias, pois o comissionamento atrazara. Este só foi publicado em fins de maio, o que obrigou a escola a iniciar nova turma em 1º de julho.

A prática de receber duas turmas por ano era muito comum nas escolas de enfermagem do Brasil e do estrangeiro, mas esta Escola não se propunha a adotar tal política. Em toda a sua história foi a única vez que o fez, com grande sacrifício para o corpo docente privativo, na época muito reduzido.

Mais tarde o Governo do Estado abandonou a política de comissionar professoras primárias para estudos em outras escolas, a menos que o Regulamento destas assim o determinasse. Como nada houvesse no Regulamento da Escola de Enfermagem nesse sentido, não mais foram comissionadas professoras para fazerem o curso de enfermagem, salvo raras exceções.

As turmas tornaram-se menores desde que as professoras deixaram de ser comissionadas e o SESP passou a enviar suas bolsistas para as escolas de enfermagem que vinham sendo criadas nos estados onde aquele Serviço recrutava as candidatas.

O primeiro Regulamento da Escola, baixado em 1946 por Decreto Lei ^{*}, seguia de perto os dispositivos do Decreto Lei de sua criação.

Em 1946 foi a Escola equiparada à Escola Ana Neri ^{**}. Em 1949 foi promulgada a primeira lei federal regulando o ensino de enfermagem, a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1945, que transformou as escolas equiparadas em reconhecidas.

* Decreto Lei nº 16.308 de 16 de novembro de 1946.

** Decreto Federal nº 21.965 de 21 de outubro de 1946.

O processo de adaptação do Regulamento da Escola e esta lei foi demorado; só em 1954 foi aprovado o novo Regulamento, baixado por decreto estadual*.

A Lei 775/49, no seu período de vigência até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, teve grande repercussão. Como determinasse a criação de escolas de enfermagem em todas as universidades e centros médicos, e auxílio federal a todas, abriram-se escolas universitárias ou isoladas em todo o País; na cidade de São Paulo chegou a haver seis. A da Universidade de São Paulo durante esse período criou cursos de auxiliar de enfermagem, superior de enfermagem e de pós-graduação, sem deixar de realizar o curso normal com o qual havia iniciado suas atividades.

Desde 1944 lutou a Escola pela criação de quadro de pessoal docente e administrativo, sem êxito algum; nesse sentido chegou a haver projeto de lei no Governo Lucas Garcez, mas foi retirado da Assembléia Legislativa no Governo Jânio Quadros, por medida de economia. A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, também da Universidade de São Paulo, criada 11 anos depois da de São Paulo, teve seu quadro aprovado em 1960. É preciso lembrar que ambas as escolas eram anexas a Faculdade de Medicina cujos diretores as representavam no Conselho Universitário**.

Em dezembro de 1963, dois anos após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases e 21 anos após a sua criação, era a Escola de Enfermagem de São Paulo desanexada da Faculdade de Medicina e transformada em estabelecimento de ensino superior***.

* Decreto nº 23.796 C de 10 de novembro de 1954.

** Em 1967 foram criados alguns cargos de Chefia (Decreto nº 47.818 de 9 de março de 1967), os únicos cargos administrativos possíveis dentro da atual estrutura do funcionalismo civil de São Paulo.

*** Decreto nº 42.809 de 20 de dezembro de 1963.

O Regulamento de 1956, já agora caduco por força do novo Estatuto da Universidade de São Paulo e da própria estrutura da Escola, deverá ser substituído. No momento em que escrevemos este histórico o projeto do novo Regulamento encontra-se na Consultoria Jurídica desta Universidade, antes de ser encaminhado ao Conselho Universitário para aprovação. Acompanha-o projeto de quadro de docentes criando 15 cargos de professor catedrático e 28 de instrutor.

Como a Escola de Enfermagem não conta ainda com Congregação e Conselho Departamental* o Conselho Universitário faz as vezes da Congregação e um Conselho Técnico Administrativo atua como Conselho Departamental. O C.T.A. é composto da Diretora da Escola de Enfermagem, que o preside, mais quatro membros do Conselho Universitário, dos quais um é aluno.

A direção da Escola é exercida por uma Diretora efetiva, como determinou o Decreto-Lei de sua criação, cargo esse que ao vagar será extinto.

Uma "Comissão de Ligação", constituída de duas representantes da Escola e uma de cada hospital do Centro Médico onde estagiam as estudantes e do Centro de Aprendizado Urbano da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da U.S.P., estudam os problemas surgidos no estágio das estudantes e cinco comissões permanentes, compostas quasi exclusivamente de membros do corpo docente privativo, cooperam na direção, auxiliando a Diretora em caráter consultivo; são as comissões de Coordenação e Planejamento, Assistência ao Aluno, Biblioteca e Publicações, Ensino, Relações Públicas. O trabalho das Comissões é precioso, tanto para a integração do corpo docente nas atividades da Escola como para facilitar o trabalho da Diretora, que assim se beneficia da opinião de um grupo ao invés de depender exclusivamente de seu próprio julgamento.

* Na Universidade de São Paulo a Congregação e o Conselho Departamental só podem ser instalados quando um terço das cátedras da Escola estiverem preenchidas em caráter efetivo.

Sòmente depois de extinção do cargo da Diretora, da aprovação do nôvo Regulamento e da criação do quadro de docentes terá a Escola de Enfermagem estrutura idêntica à dos demais estabelecimentos de ensino superior da Universidade de São Paulo.

Corpo Docente

Desde o início das atividades da Escola têm participado do ensino dois tipos de docentes: as professoras e instrutoras privativas, enfermeiras contratadas por determinação do espaço de tempo, que lecionam os diversos ramos da enfermagem e fazem supervisão do estágio dos estudantes e os professores não privativos, que recebem gratificação por aula ministrada, segundo o disposto no Decreto Lei de sua criação.

As disciplinas básicas eram lecionadas por assistentes da Faculdade de Medicina, as de saúde pública por assistentes do Instituto de Higiene e as ciências humanas e sociais por assistentes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Em 1943 trabalhavam na Escola as enfermeiras Haydée Guanais Dourado, Zélia Carvalho e Clarice Ferrarini, esta última posta à disposição da Escola pelo Hospital das Clínicas, que ainda não estava em funcionamento. Aberto o Hospital, em 1944, a Sra. Ferrarini voltou ao seu posto como enfermeira chefe e em 1945 passou a chefiar a Sub-Divisão de Enfermagem daquele Hospital, cargo que ocupa até hoje como Diretora daquela Sub-Divisão. Em 1958 entrou em vigor o nôvo Regulamento do Hospital das Clínicas que excluiu o item referente à Sub-Divisão de Enfermagem ser orientada pela Diretora da Escola de Enfermagem; aliás esta orientação na realidade já não venha sendo feita desde 1945.

A separação dêstes dois cargos, de Diretora da Escola de Enfermagem e Diretora da Sub-Divisão de Enfermagem do Hospital, se por um lado apresenta vantagens, por outro pode pôr em risco o aproveitamento dos estudantes na parte

mais importante do currículo, que é o estágio prático; para que esse risco não ocorra é preciso que haja a mais estreita cooperação entre as suas ocupantes. Clarice Ferrarini, no decorrer de todos estes anos, tem sido grande amiga da Escola e tem dado o máximo apóio aos estudantes estagiários e às docentes que os supervisionam.

Das quatro bolsistas da Fundação Rockefeller enviadas ao Canadá três, à sua volta, passaram a trabalhar na Escola; a quarta foi retida pelo Professor Paulo Souza no Instituto de Higiene, alegando este que, ao chefiar a enfermagem no centro de saúde do Instituto, ela poderia colaborar no ensino de saúde pública dos estudantes quando estagiassem na quele centro. De fato, até sua morte Lúcia Jardim nunca deixou de participar ativamente do ensino desses alunos.

De todas as enfermeiras que lecionaram na Escola em seu período inicial permanecem apenas a sua atual diretora e a professora Ruth Borges Teixeira. À exceção destas duas, de uma nutricionista e de três instrutoras, o corpo docente privativo, atualmente de 13 professoras e 22 instrutoras, é composto de diplomadas da própria Escola.

Curso de Graduação

Requisitos de admissão

Ao ser criada a Escola foi determinada, como requisito de admissão, apresentação de diploma de curso ginasial. Era esta uma novidade no Brasil pois o Decreto Federal que regulava o funcionamento da Escola Ana Neri* estipulara a exigência de diploma de normal para a matrícula, mas deixara uma porta aberta para candidatas que não possuíssem

* Decreto Federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923.

tal diploma, desde que comprovassem "ter instrução secundária bastante" ou fossem aprovados em exame vestibular na própria escola. Tendo a legislação federal determinado que a Escola Ana Neri seria "padrão", à qual as demais deveriam ser equiparadas*, generalizou-se a não obrigatoriedade da apresentação de um diploma para matrícula. A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo foi a primeira a fazer tal exigência.

A Lei Federal 775/49 determinou, como requisito de admissão, curso secundário completo, com prazo de 7 anos para ser posto em vigor, podendo as escolas, durante esse período, receber candidatos com curso ginásial, normal ou comercial. No início de 1956 estava em ebulição o grupo de educadores de enfermagem. Esgotara-se em 6 de agosto o prazo para admissão de candidatos com ginásio. Um inquérito feito em 1954 pela Associação Brasileira de Enfermagem entre diretores, professores e alunos de escolas de enfermagem revelou que os dois últimos grupos eram francamente favoráveis à exigência de curso colegial ou equivalente e que apenas as diretoras estavam divididas; havia receio, por parte de um grupo, principalmente das que eram responsáveis por hospitais mantidos pelo trabalho das alunas, de que a matrícula, já pequena, caísse ainda mais. Não atentava este grupo na experiência anterior, de quando houvera a exigência de ginásio; naquela ocasião a matrícula caíra durante 2 anos para depois ultrapassar as cifras anteriores.

O deputado federal por São Paulo, Dr. Lauro Cruz, autor de substitutivo que mais tarde se tornara a Lei nº 775/49, no intuito de conciliar o desejo dos dois grupos apresentou projeto de lei que permitia, durante um certo número de anos, a coexistência de cursos de enfermagem de dois níveis,

* Decreto Federal nº 20.109 de 15 de junho de 1931.

colegial e superior, respectivamente de 3 e 4 anos; mas este projeto foi prejudicado por outro, do Senado, que adiava por cinco anos a obrigatoriedade do secundário completo para admissão. Convém notar que este último foi da autoria do Senador Vivaldo Lima, Diretor da Cruz Vermelha Brasileira, que mantinha no Rio de Janeiro uma escola de enfermagem e um hospital. Este projeto passou pelas Casas do Congresso como um bôldo e em 10 de dezembro de 1956 tornava-se lei*.

À vista da nova lei, a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, que já havia publicado editais com a exigência de secundário completo, voltou atrás e continuou a admitir candidatos com curso ginásial. Havendo entre tanto a direção verificado que um terço dos candidatos à matrícula traziam certificado de curso colegial ou equivalente, pleiteou junto ao Conselho Administrativo da Escola o direito de iniciar o curso superior; só obteve essa permissão com a condição de não suspender o curso normal. A autorização do Conselho Universitário não chegou em tempo de permitir que o nôvo curso fôsse iniciado em 1957, como desejava a escola de São Paulo e como fêz a da Universidade da Bahia; a instalação do curso superior só se deu em 1958. Nos anos que se seguiram, as escolas de Ribeirão Preto, Pôrto Alegre, Recife, Ana Neri e Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo fizeram o mesmo. Quando, em agosto de 1961, expirou o prazo para admissão com ginásio, não renovado devido à oposição de enfermeiras de norte e sul do País, sete escolas de enfermagem já realizavam cursos superior. A hesitação anterior a 1956 havia de saparecido; desta vez as diretoras juntaram suas fôrças às das docentes e, com a Associação Brasileira de Enfermagem, conseguiram impedir o andamento de um nôvo projeto de lei que adiava por mais cinco anos o prazo fatal.

Em 1958 abria pois a Escola matrícula para dois cursos diferentes: normal e superior. Foi a única escola

* Lei Federal nº 2.995 de 10 de dezembro de 1956.

do País a fazer tal experiência. O curso normal manteve-se ainda por mais 4 anos quando, esgotado o prazo, foi posta em execução a exigência legal de secundário completo para admissão.

Duração

A duração do curso foi inicialmente de 3 a nos calendários de 11 meses, equivalentes a 4 anos acadêmicos, de acôrdo com a escola padrão.

A Lei Federal nº 775/49 estipulou em 36 meses a duração do curso. Quando entrou em vigor o segundo Regulamento da Escola, de 1954, adaptado às disposições daquela Lei, os 36 meses foram distribuídos em 4 anos como já vinham fazendo as escolas de Pôrto Alegre, Bahia, Recife e Ribeirão Preto. As férias passaram a ser de 4 semanas no inverno e 8 no verão. Como se vê, apesar de já se aproximar muito mais dos cursos secundários e superiores, ainda assim o seu ano acadêmico, de 40 semanas, que até hoje continua, era mais longo que o habitual. A turma de 1956 já se formou em 4 anos.

No regime de coexistência dos cursos normal e superior, o primeiro foi planejado para três anos e o segundo para quatro, de acôrdo com o projeto de lei do deputado Lauric Cruz. Como entretanto o projeto não tivesse sido levado avante, ao fim do 3º ano, ou seja, de 27 meses de curso, não foi possível diplomar os estudantes do curso normal, de vez que a lei em vigor estipulava 36 meses. Pôde então a Escola pôr em execução um plano que há muito desejava tentar: o de possibilitar aos estudantes fazerem "internato" no Hospital das Clínicas, mediante pequena remuneração, como aconteceu com os estudantes de medicina; o resultado foi excelente; o mesmo se deu com a turma seguinte, mas já em 1963 não tiveram mais as alunas essas oportunidade, pois diplomavam-se ao fim do 3º ano, em obediência a disposição do Conselho Federal de Educação que, em 1962, ao determinar a duração e o currículo mínimo do curso de Enfermagem, reduziu-o para 3 anos (Parecer nº 271/62).

Tôdas as escolas do Brasil, mesmo as que já distribuíam os 36 meses em 4 anos, passaram a ministrar o curso em 3 anos.

O resultado foi mau. É possível comprimir-se a parte teórica de um currículo ministrando-se menor número de aulas ou submetendo-se os alunos a uma jornada diária mais longa, mas o mesmo não se dá com a parte prática; o amadurecimento dos estudantes, processado durante os estágios práticos, não pode ser acelerado além de um certo limite, a não ser no caso de estudantes excepcionais. É verdade que os Estados Unidos, o Canadá e alguns países da Europa estão formando enfermeiras com 2 anos de curso (24 meses), mas estas, quando se formam, vão prestar cuidados diretos aos pacientes, em hospitais onde há enfermeiras chefes para orientá-las e programas organizados de "educação em serviço"; o mesmo não se pode dizer das nossas diplomadas, cuja maioria de início já se empregam em posições de responsabilidade, às quais não é dada orientação alguma; ao contrário, delas se espera que orientem o pessoal auxiliar.

A experiência das demais escolas é a mesma. Já no Congresso de Enfermagem de 1963, e em todos os congressos posteriores, o assunto tem sido debatido. Vários pedidos têm sido dirigidos pela Associação Brasileira de Enfermagem ao Conselho Federal de Educação, para que reconsidere o Parecer nº 271/62, mas estes pedidos não têm encontrado êxito. Alegam os senhores conselheiros que as enfermeiras desejam ampliar o curso de 3 para 4 anos a fim de usufruir os benefícios que a legislação federal concede aos cursos desta duração. Acontece que desde 1965 o curso de enfermagem foi classificado como de 4 anos* e as enfermeiras já usufruem tais benefícios, mas as escolas continuam a pleitear a volta ao curso de 4 anos.

* Decreto Federal nº 57.180, de 8 de novembro de 1965.

Desesperanças de conseguir algo do lado do Conselho Federal de Educação as duas escolas de enfermagem da Universidade de São Paulo trataram de resolver o seu problema; indagando da Consultoria Jurídica da Universidade de São Paulo se haveria possibilidade de prolongarem o curso para 4 anos, foi-lhes respondido que o item e) do artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases, sobre a competência do Conselho Federal de Educação em "estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior . . ." é por aquela Consultoria interpretada como duração mínima e currículo mínimo, e que portanto as escolas não precisarão cingir-se ao mínimo. Esta interpretação do texto de lei permitiu que ambas as escolas pleiteassem e obtivessem Portaria do Magnífico Reitor * com permissão para realizarem o curso de graduação em 4 anos.

Currículo

A princípio foi seguido de perto o currículo da escola padrão.

O Regulamento da Lei Federal nº 775/49 ** não alterou grandemente o programa anterior; incluiu as ciências básicas de todos os cursos chamados biológicos, ciências sociais, ciências humanas e os diferentes ramos da enfermagem; não determinou a duração dos estágios que acompanham estas últimas disciplinas, exceto o de enfermagem de saúde pública que deveria ser de três meses.

O currículo da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, a princípio muito prêso ao modelo americano, pouco a pouco tomou características próprias, adaptadas à situação encontrada no Brasil. Foi esta uma das

* Portaria GR nº 292 de 10 de novembro de 1966 do Reitor da Universidade de São Paulo.

** Baixado pelo Decreto Federal nº 27.426 de 14 de novembro de 1949.

primeiras escolas a incluir no seu programa a teoria e a prática de administração, com o fim de preparar os enfermeiros para as posições de chefia que iriam ocupar logo após o recebimento do diploma. Hoje essa disciplina faz parte do currículo mínimo.

Outra característica do curso, aliás recomendada universalmente, tem sido a ênfase dada à profilaxia das doenças e à manutenção da saúde. Talvez a Escola tenha sido a primeira do País em contratar para o seu corpo docente uma enfermeira de saúde pública, exclusivamente para promover a integração no currículo daqueles aspectos da enfermagem.

A atenção dada à enfermagem de saúde pública no Brasil data de 1923, quando a Escola Ana Neri foi criada para atender à necessidade que tinha o País de enfermeiras de saúde pública. Em todos os estados do Brasil, exceto no de São Paulo, estas profissionais atuam nos centros de saúde. Em São Paulo só são encontrados nos dois centros de treinamento da Faculdade de Higiene e Saúde Pública (São Paulo e Araraquara); nos demais são substituídas por educadoras sanitárias, cujo preparo não inclui o estudo das doenças. Foi esse o motivo pelo qual a Fundação Rockefeller só auxiliou a criação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo com a condição de que, aberta esta, fosse fechado o curso de educadoras sanitárias do então Instituto de Higiene.

O Conselho Federal de Educação, sem levar em consideração as recomendações dos grupos mais autorizados de educadores de enfermagem de todo o mundo e a tradição brasileira de 40 anos, no seu desejo de reduzir a duração do curso viu-se forçado a excluir a enfermagem de saúde pública do currículo mínimo e a fazer do seu estudo um curso de graduação de um ano, uma espécie de 4º ano não obrigatório. É muito estranho que um curso de graduação exija de seus candidatos o diploma de outro curso de graduação, dispositivo que aliás entra em conflito com os estatutos das universidades.

Ante os protestos do Ministério da Saúde, de todas as Seções da Associação Brasileira de Enfermagem, das

escolas de enfermagem, das escolas de saúde pública, o Conselho Federal de Educação determinou que :

"No curso geral as disciplinas de Enfermagem terão em vista os aspectos de Saúde Pública correspondentes * "

É o que tem feito esta Escola em larga escala; desde o 1º ano os alunos são levados a compreender a influência exercida na saúde pelo meio em que vivem os pacientes, e a importância de orientá-los na adoção de hábitos higiênicos; são igualmente ensinados como fazer essa orientação.

Foi esta Escola pioneira numa iniciativa que já está sendo seguida em algumas outras: a do exame ao qual as alunas deram a alcunha de "exameão". Não existindo no Brasil o "exame de Estado", tão útil para a revisão de conhecimentos do aluno e como instrumento de auto-avaliação para a própria escola, foi ideado uma espécie de exame final do curso, já incluído no Regulamento de 1956. Consta de três provas: 1) escrita, sobre todos os ramos da enfermagem, com perguntas pertinentes sobre qualquer disciplina ministrada no Curso; 2) prática, realizada no Hospital, com o doente; para esta o aluno sorteia na hora uma especialidade da enfermagem; 3) oral, realizada na Escola, sobre a especialidade sorteada na prova prática. As bancas para as provas escritas e práticas de cada especialidade são compostas da professora e uma assistente; a da prova oral inclui ainda a Diretora e um membro da cadeira de Enfermagem de Saúde Pública. A nutricionista participa das bancas de exame oral de três cadeiras: Enfermagem Médica, Pediátrica e em Doenças Transmissíveis. O aluno reprovado em qualquer das provas, escrita, prática ou oral, tem oportunidade de 2a. época; se for reprovado em 2a. época poderá fazer exame com a turma seguinte; mas só receberá o diploma após aprovação neste exame. O "exameão" é famoso e temido, mas tem dado resultado e grande número de estudantes confessam que a revisão lhes foi benéfica.

* Resolução decorrente do Parecer nº 271/62 do Conselho Federal de Educação. Art. 1º § 2º.

Resumo

A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo diplomou, até 1966, 18 turmas do curso normal de enfermagem e, de 1961 até o presente, 6 turmas do curso superior.

As turmas admitidas de 1943 a 1951 fizeram curso de 3 anos calendários equivalentes a 4 anos acadêmicos ; de 1952 a 1960, 4 anos ; de 1961 a 1966, 3 anos ; a partir de 1967, novamente 4 anos.

Foram conferidos até o presente 499 diplomas dos quais 419 do curso normal e 80 do curso superior. Dos 499 formados 9 são do sexo masculino e 490 do feminino.

Cursos de Pós-graduação

Desde muitos anos era sentida em todo o País a necessidade da criação de cursos regulares de pós-graduação, para o preparo de professoras e chefes de enfermagem. Muitas professoras e instrutoras desta e de outras escolas de enfermagem vinham fazendo estes cursos nos Estados Unidos ou Canadá, graças à generosidade de entidades internacionais, Fundação Kellogg, Fundação Rockefeller, Organização Mundial de Saúde, Governo Americano, que lhes concediam bolsas de estudos.

Algumas tentativas já haviam sido feitas pelas escolas de enfermagem Ana Neri e Raquel Haddock Lobo, ambas do Rio de Janeiro, que realizaram cursos de pós-graduação de tempo parcial, de dois anos de duração, mas estas iniciativas haviam sido interrompidas.

A chefe da Seção de Enfermagem da Fundação Kellogg, Miss Mildred Tuttle, em visita ao Brasil, havia dado demonstração de que aquela Fundação estaria disposta

a auxiliar financeiramente a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo se esta se dispuzesse a instalar cursos de pós-graduação.

Em 1958, estando já em funcionamento o curso superior, a direção e o corpo docente desta Escola acharam-se em condição de se lançar ao nôvo empreendimento; das 12 enfermeiras com contrato de professôra, tôdas com mais de 10 anos de experiência no ensino de suas disciplinas, 9 tinham curso de pós-graduação nos Estados Unidos.

Obtida a anuência da Fundação Kellogg e a autorização do Conselho Administrativo da Escola foram iniciados os planos.

Nesta fase contou a Escola com a cooperação da Professôra Noemi da Silveira Rudolfer e mais tarde do Professor Florestan Fernandes que opinaram sôbre o currículo.

Os planos iniciais incluíram dois cursos de um ano acadêmico, de tempo integral, um de "Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem", para o preparo de professôras de enfermagem e outro de preparo de chefes de unidades de enfermagem hospitalar, de "Administração aplicada à Enfermagem", tendo os estudantes oportunidade de especializar-se em dois ramos da enfermagem. Para a matrícula seria exigido, além do diploma de enfermeiro, um ano de experiência profissional.

A Fundação Kellogg financiaria as despesas extraordinárias de pessoal e material, acarretadas pelo funcionamento dos cursos, nas seguintes proporções: 100% no primeiro ano, 75% no segundo, 50% no terceiro e o 25% no quarto; a Universidade de São Paulo, a partir do segundo ano, iria paulatinamente tomando a responsabilidade do financiamento até o quinto ano, quando assumiria a responsabilidade total.

Aceitas as condições pelo Conselho Universitário da USP e pela Fundação Kellogg foi o convênio posto em execução em 1959.

A Fundação Kellogg contribuiu com U.S. \$14.000,00 em 1959; 10.500,00 em 1960; 7.000,00 em 1961 e 3.500,00 em 1962, num total de US\$35.000,00.

Aprova de que êstes cursos correspondiam a uma necessidade do ensino está no fato de sua procura por enfermeiras de todos os estados do Brasil e de países de língua portuguesa e espanhola. Na primeira turma matricularam-se 22 candidatos; embora houvesse já na ocasião pedido de outros países, não foram êstes atendidos pois pretendíamos fazer a experiência com pessoal "de casa". O êxito da experiência nos permitiu, já no segundo ano, aceitar alunos estrangeiros. Êstes são geralmente bolsistas de organização internacionais como Organização Mundial de Saúde, Organização dos Estados Americanos, Fundação Rockefeller ou dos próprios Ministérios ou Serviços do seu país de origem.

Com o decorrer do tempo e por recomendação dos próprios alunos foi o requisito de admissão referente à experiência profissional elevado para dois anos. Posteriormente mais dois cursos foram iniciados: "Administração de Ensino de Enfermagem", para o preparo de diretoras e assistentes de diretoras de escolas e "Administração aplicada a Serviço de Enfermagem" para a formação de chefes de Serviço. Outra modificação importante foi a possibilidade do aluno fazer curso parcelado, o que tem permitido a muitas enfermeiras de São Paulo, matricularem-se no curso sem abandonar seus emprêgos.

A princípio a matrícula só era permitida a enfermeiros, hoje são recebidas igualmente as obstetrizas. Formaram-se nos cursos de pós-graduação até o presente, 3 obstetrizes e 326 enfermeiros; destes, 288 do Brasil e 41 de 12 países latino-americano e da África.

Iniciaram o curso, em 1967, 87 alunos dos quais 55 em regimen integral e 32 em regimen parcelado.

O anteprojeto de Regulamento desta Escola prevê a transformação dos cursos de pós-graduação em cursos de mestrado, como recomenda o Conselho Federal de Educação.

Cursos de Enfermagem de Saúde Pública e de Obstetrícia

O Conselho Federal de Educação, ao determinar, em 1962, a duração e o currículo mínimo do curso de enfermagem, criou três cursos de graduação: um de três anos, de Enfermagem Geral, e dois de um ano — Obstetrícia* e Enfermagem de Saúde Pública — equivalentes a um 4º ano não obrigatório.

No mesmo ano terminava o convênio da Universidade de São Paulo com a Fundação Kellogg para a realização de cursos de pós-graduação e, à vista do êxito dos mesmos, esta Fundação dispôs-se a continuar a prestar auxílio à escola de Enfermagem.

Foi portanto elaborado plano para a realização dos dois novos cursos, nas mesmas bases que o anterior, sendo a contribuição da Fundação Kellogg de US\$39.000,00 distribuídos em 4 parcelas de 23.810, 18.066, 10.502 e 5.622 mais a importância de US\$11.000,00 para aquisição de veículo para trabalho de campo.

Em setembro de 1963 era aprovado o plano, por aquela Fundação e pelo Conselho Universitário e em 1964

* Tendo o Conselho Federal de Educação, em 1964, determinado duração (3 anos) e currículo mínimo de um novo curso de Obstetrícia, para candidatas com curso secundário ou equivalente, o curso de Obstetrícia, de um ano, para enfermeiras, passou da categoria de curso de graduação para a de "complementação" de outro curso.

iniciados os cursos que, em 1965, eram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação*.

Como campo de estágio para obstetrícia foi utilizado o "Amparo Maternal", pois a Clínica Obstétrica do Hospital das Clínicas já é insuficiente para os próprios estudantes de medicina e da Escola de Obstetrícia anexa à Faculdade de Medicina.

Os campos de estágio de enfermagem de saúde pública utilizados pela Escola, desde a primeira turma, foram sempre os da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, tanto o urbano, em São Paulo, como o rural, em Araraquara. Em 1966, entretanto, não foram suficientes para o número de alunas do curso e um novo campo foi organizado pelas docentes da cadeira de Enfermagem de Saúde Pública no Amparo Maternal e nos núcleos familiares de pacientes dependentes do Amparo. Para o estágio de Enfermagem de Saúde Pública rural foram também utilizados os núcleos de operários da ICOMINAS S.A. EMPRESA DE MINERAÇÃO, localizada no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Outros serviços tais como ambulatórios de institutos de previdência, serviços médicos de indústrias, postos de assistência a tuberculosos estão servindo de campo de estágio para a prática dos estudantes.

O currículo dos dois cursos é praticamente o mesmo, diferindo apenas na intensidade do ensino e na duração dos estágios das duas cadeiras principais, Enfermagem Obstétrica e Enfermagem de Saúde Pública.

O ideal seria a fusão dos dois cursos num único, de duração mais longa, pois tanto a obtetriz (também denominada enfermeira obstétrica) precisa de conhecimentos de saúde pública como a enfermeira de saúde pública depende dos conhecimentos de obstetrícia. Mas este ideal não pode ser atingido no momento, em virtude da legislação vigente e da conveniência de formar rapidamente as profissionais de que o País necessita em grande número.

* Portaria nº 4/65 do Conselho Estadual de Educação.

É interessante notar o efeito destes cursos nos estudantes, em termos de amadurecimento mental e emocional e de modificação do conceito de responsabilidade em problemas sociais. Por esse motivo, de facultativos que eram tornaram-se obrigatórios, pois como foi dito anteriormente o curso de graduação em enfermagem passou a ser de 4 anos, com opção no 4º ano entre Enfermagem de Saúde Pública e Obstetrícia. A turma admitida em 1967 já entrou no novo regimen. Ao término do 4º ano a estudante receberá dois diplomas: o de enfermeira e o de enfermeira de saúde pública ou obstetriz, segundo a opção feita no 4º ano * .

Esta Escola expediu, até 1966, 18 diplomas de Obstetriz e 30 de Enfermeiro de Saúde Pública (1 homem e 29 mulheres).

Curso de Auxiliar de Enfermagem

A Lei 775/49 e sua regulamentação previam a existência do Curso de Auxiliar de Enfermagem, de nível médio, que contudo não se adaptava ao sistema educacional do País, nem em duração nem em requisitos de admissão. Ao invés de um curso ginásial de enfermagem, que seria equivalente aos chamados cursos básicos comerciais, agrícolas ou industriais, foi previsto um curso de 18 meses, equivalente a 2 anos acadêmicos, ao qual podiam candidatar-se pessoas com primário, admissão a ginásio ou simplesmente aprovados em exame vestibular na própria escola. O referido curso, de currículo elementar, a ser ministrado somente por enfermeiras, de 44 horas de atividades semanais, era obrigatório em todas as escolas de enfermagem universitárias.

* Portaria CR nº 292, de 10 de novembro de 1966, do Reitor da Universidade de São Paulo.

A Escola de Enfermagem de São Paulo iniciou o curso de auxiliar de enfermagem em 1954. A princípio, por desejar cooperar na melhoria do pessoal auxiliar do Hospital das Clínicas (enfermeiros práticos, práticos de enfermagem e atendentes) e seguindo o exemplo de outras escolas, organizou horários que permitissem aos alunos continuar trabalhando. Dentro de algum tempo, entretanto, foi verificado que a sobre carga de aulas, estágios e trabalho, além de afetar a saúde dos alunos prejudicava o seu rendimento escolar. Aliás este resultado era de se esperar. Pelo lado da saúde, era realmente pesado o dia do estudante, de 4 horas diárias de estágio, pela manhã, 6 horas de trabalho à tarde, e à noite aulas que, embora elementares, tornavam-se difíceis para alunos que há muitos anos haviam deixado os bancos escolares. Pelo lado do aprendizado a situação era ainda mais séria; o pessoal auxiliar de enfermagem que trabalha em hospitais ou ambulatórios, sem preparo específico, adquire vícios de erradicação difícil, só conseguida após prática repetida do estudante, em estágios supervisionados. No sistema por nós adotado o que era aprendido na teoria e praticado sob supervisão no estágio era destruído nas horas de trabalho de rotina sem supervisão. Outras escolas têm adotado esse sistema, parece que com melhor resultado que o nosso.

Por esses motivos a Escola passou a exigir tempo integral dos alunos e o Hospital das Clínicas passou a comissionar, anualmente, um grupo de atendentes para fazerem o curso.

Em 1958 foi o curso de Auxiliar de Enfermagem reconhecido pelo Governo Federal*.

A sobrecarga de trabalho do corpo docente e administrativo, ocasionada pela instalação do curso de pós-graduação, o único do Brasil até 1964, aliada ao fato de funcionarem, na cidade de São Paulo, 10 cursos de auxiliar de enfermagem

* Decreto Federal nº 43.140, de 3 de fevereiro de 1958.

fizeram com que a Escola considerasse o fechamento do seu curso de auxiliares, o que foi feito em 1963.

A Escola expediu 45 certificados a alunos do sexo masculino e 137 alunos do sexo feminino, num total de 182 certificados.

O Papel da Escola no Desenvolvimento da Enfermagem

O primeiro Regulamento da Escola mencionava duas finalidades: formar enfermeiros e colaborar na formação de novas escolas e no aperfeiçoamento das já existentes.

No segundo Regulamento estas finalidades foram ampliadas para incluir "o desenvolvimento da enfermagem em geral".

Fiel a estas finalidades a Escola de Enfermagem tem procurado cooperar com os Poderes Públicos e entidades públicas e particulares em tudo quanto diz respeito à enfermagem.

Por intermédio de suas duas diretoras e do seu corpo docente cooperou na criação das escolas do Recife e de Pôrto Alegre e no desenvolvimento do currículo de escolas de enfermagem do Brasil e do estrangeiro.

Contando com o rico campo de prática que é o Centro Médico da Universidade de São Paulo tem podido auxiliar escolas dêste e de outros países, cujos estudantes aqui vêm completar seus estágios. Assim, já ofereceu filiação em Enfermagem em Centro Cirúrgico, em Doenças Transmissíveis, na Poliomielite, Enfermagem Neurológica, Psiquiátrica, Obstétrica, Pediátrica, Ortopédica, Urológica, Otorrinolaringológica, Oftalmológica, Dermatológica e em Administração. Entre

as entidades que se utilizaram dessas filiações figurem escolas da Argentina, Paraguai, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e interior de São Paulo.

Professôras e instrutoras têm ministrado anualmente a disciplina Elementos de Enfermagem para os alunos do Instituto de Reabilitação, da cadeira de Ortopedia da Faculdade de Medicina da USP. Têm ministrado aulas sobre esterilização, enfermagem no lar, higiene mental, elementos de enfermagem etc. a estudantes de medicina, diretores de Grupo Escolar, professores primários, professores secundários, alunos de cursos médios, seminaristas e outros grupos.

Por solicitação da Secretaria da Saúde e Assistência Social, a Escola tem participado no combate a epidemias, na capital e no interior do Estado; docentes e alunos instalaram hospitais de isolamento e nêles mantiveram o serviço de enfermagem nas seguintes epidemias: meningite cérebro-espinhal em Casa Branca, Tambaú e Fazenda Amália, 1948; conjuntivite epidêmica na Casa da Criança do Juizado de Menores em São Paulo, 1951; poliomielite em Araçatuba e Bilac, 1952; moléstia julgada transmissível e mais tarde diagnosticada como reação alérgica em Bauru, 1952; febre tifóide em Itatiba, 1954; febre tifóide em Igarapu do Tietê, 1967. Nesta última manteve inclusive serviço de educação sanitária e prestação de cuidados de enfermagem em domicílio a aproximadamente 400 famílias.

Realizou 22 exames de licenciamento de Prático de Enfermagem, aos quais submeteram-se 1.086 candidatas.

A pedido da Divisão de Difusão Cultural da Universidade de São Paulo tem ministrado cursos de extensão universitária sobre enfermagem ou matéria correlata. Ainda em 1967 realizou curso sobre Higiene Mental, para o qual houve mais de 400 matrículas.

Tem cooperado intensa e constantemente com a Associação Brasileira de Enfermagem, em tôdas as suas atividades culturais, assistenciais ou de divulgação. No seu prédio foi realizado o 19 Congresso Brasileiro de Enfermagem,

em 1947, promovido pela primeira diretora da Escola, então presidente daquela Associação. Em 1953 a Escola hospedou as delegadas do Conselho Internacional de Enfermeiras e nas suas salas processaram-se as reuniões do Conselho de Delegadas, que precederam o X Congresso Internacional de Enfermagem, realizado em Petrópolis. Anualmente suas professoras e instrutoras ministram grande parte dos cursos oferecidos a enfermeiras, auxiliares de enfermagem ou a outros grupos, tais como os cursos de Enfermagem no Lar, que são realizados duas vezes ao ano. Suas salas estão sempre abertas para estes cursos bem como para bazares e festas daquela Associação.

Membros da Escola têm cooperado com o Ministério da Educação e Cultura fazendo verificação de escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, para efeito de autorização de funcionamento ou reconhecimento. A atual diretora e uma de suas instrutoras participaram da Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem, no último governo.

Membros do corpo docente atuaram como consultoras na reorganização do Hospital Ernesto Dornelles, em Pôrto Alegre e do Centro Cirúrgico do Primeiro Hospital Distrital de Brasília.

O corpo discente tem trabalhado voluntariamente em diversas obras sociais tais como dispensários particulares em bairros pobres, MUD, campanhas de alfabetização, campanhas de erradicação de doenças, etc. Como o número de candidatas ao curso de graduação é limitado, em virtude de preconceito social contra a enfermeira, preconceito esse nascido do desconhecimento generalizado sobre o papel dessa profissional, o corpo discente, por sua própria iniciativa, tem feito campanhas de esclarecimento do público, em São Paulo e no interior.

Conclusão

No decorrer de sua existência, tem a Escola procurado preencher suas finalidades, não só formando enfermeiros e obstetizes e oferecendo-lhes oportunidade de aperfeiçoamento, como cooperando com os Poderes Públicos e entidades públicas e particulares no desenvolvimento da enfermagem.

Tendo começado em 1943, com um curso, realiza agora sete: dois de graduação, quatro pós-graduação e um de complementação.

Inicialmente anexa à Faculdade de Medicina é hoje estabelecimento de ensino superior.

Graças ao trabalho do seu corpo docente, ao campo de prática de que dispõe e à dedicação de seus funcionários a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, seguindo as linhas traçadas por sua fundadora, projetou-se no cenário da enfermagem brasileira.

PINHEIRO, M. R. S. - Histórico da Escola de Enfermagem da USP. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 1 (1): 3-34, out. 1967.